

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre,  
MG.

André Prado dos Santos, brasileiro, casado, Publicitário, RG M8533206, CPF 033.114.856-02, Título Eleitoral nº 1152041002/56, cidadão em pleno gozo dos seus direitos políticos, vem à ilustre presença de Vossa Excelência, apresentar **DENÚNCIA**, com fulcro no Decreto Lei nº 201/67, em face do **Prefeito Municipal Rafael Tadeu Simões**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS:

Conforme processo de Sindicância Interna da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, foi apurado que Rafael Tadeu Simões, praticou diversas irregularidades na instituição entre os anos de 2014 até início de 2017, dentre elas a dispensação de medicamentos de **uso restrito de estabelecimentos de saúde**, entrada irregular de material biológico de animais para exames de sangue e materiais adquiridos por valores abaixo do preço, tudo isso conforme amplamente divulgado pelas reportagens da EPTV/REDE GLOBO<sup>1</sup>.

Ressalte-se que tais fatos são de conhecimento público e notório deste insígnis vereadores.

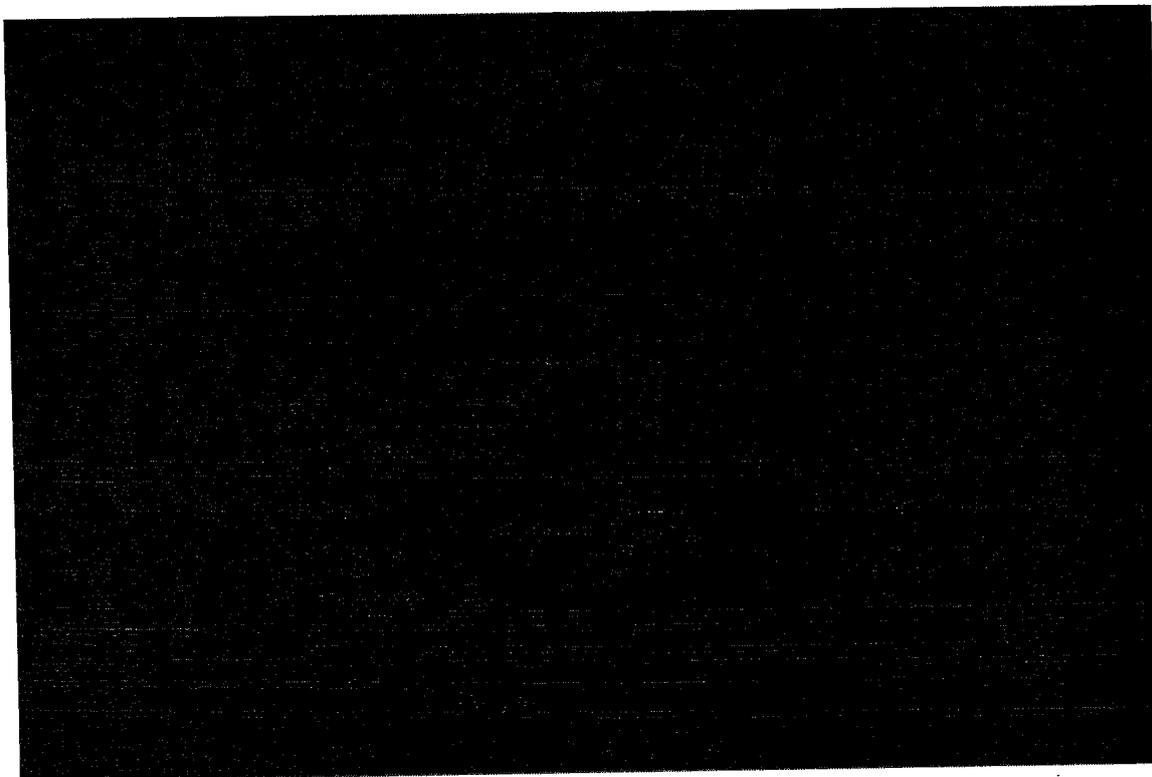
<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2018/09/14/diretor-executivo-de-fundacao-diz-que-materiais-vendidos-em-hospital-para-prefeito-e-exclusivo-para-pacientes.ghtml>  
<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2018/09/13/sindicancia-aponta-irregularidades-em-protocolos-de-atendimento-em-nome-do-prefeito-de-pouso-alegre-mg.ghtml>

CÂMARA MUNICIPAL RECEBIDA 18/09/2018 16:59 0213 1/2

181000000 - SECRETARIA - 17:05 18/09/2018 000000181



Deste modo, ocorreu a atuação ilegal e ingerência na FUVS, por parte do atual Prefeito Municipal, já na qualidade de prefeito, por pelo menos por uma vez, em 23/01/2017 utilizou de expediente de internação ilegal para obter insumos hospitalares, vejamos:



Assim sendo, ao praticar atos flagrantemente ilegais numa Fundação que recebe recursos do Município, Estado e União, Rafael Tadeu Simões praticou infração político-administrativa sancionada com a cassação do mandato, uma vez que procedeu de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Diz o art. 4º, inciso X do Decreto Lei 201/67:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...)

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

Isto posto, requer que o Sr. Prefeito Municipal seja processado e julgado na forma do que dispõe o Decreto Lei 201/67, para o final esta egrégia Câmara cassar o mandato do Alcaide.

Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente a documental, através da juntada dos autos da Sindicância Interna realizada pela FUVS, e, testemunhal, pela oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

ROL de Testemunhas:

Andréa Silva Adão, Presidente interina da FUVS.

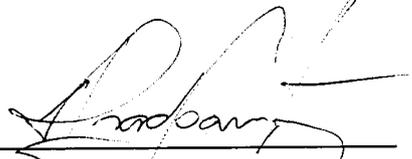
Luiz Augusto Faria Cardoso, Superintendente Regional de Saúde.

Luiz Carlos Franco, Diretor da FUVS.

Termos em que,

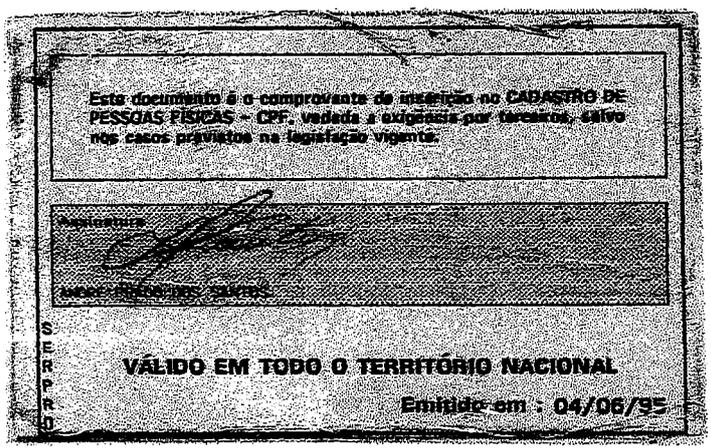
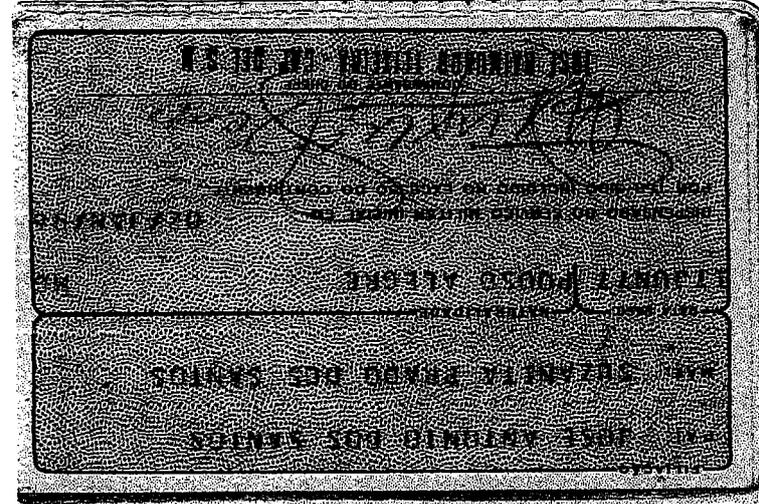
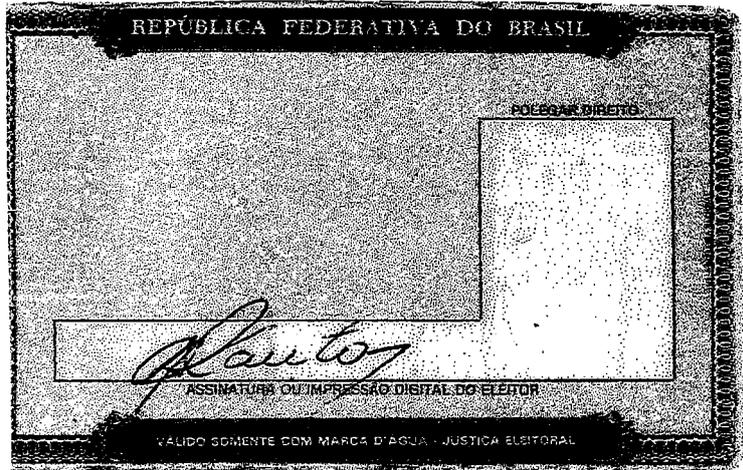
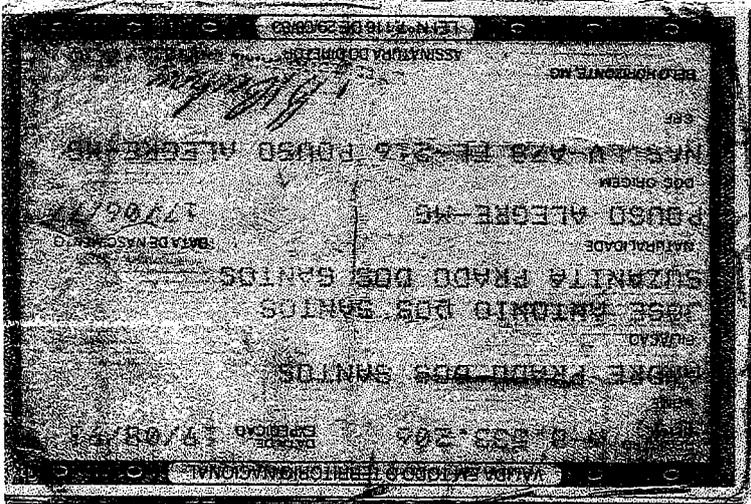
Pede e Espera Deferimento.

Pouso Alegre 18 de setembro de 2018.



ANDRÉ PRADO DOS SANTOS

1152041002/56





SUL DE MINAS

## Diretor executivo de fundação diz que materiais vendidos em hospital para prefeito é exclusivo para pacientes

Sindicância apontou irregularidades em protocolos de atendimento em nome do prefeito de Pouso Alegre, Rafael Simões (PSDB).

Por EPTV 2, Pouso Alegre, MG

14/09/2018 19h18 · Atualizado há 4 dias



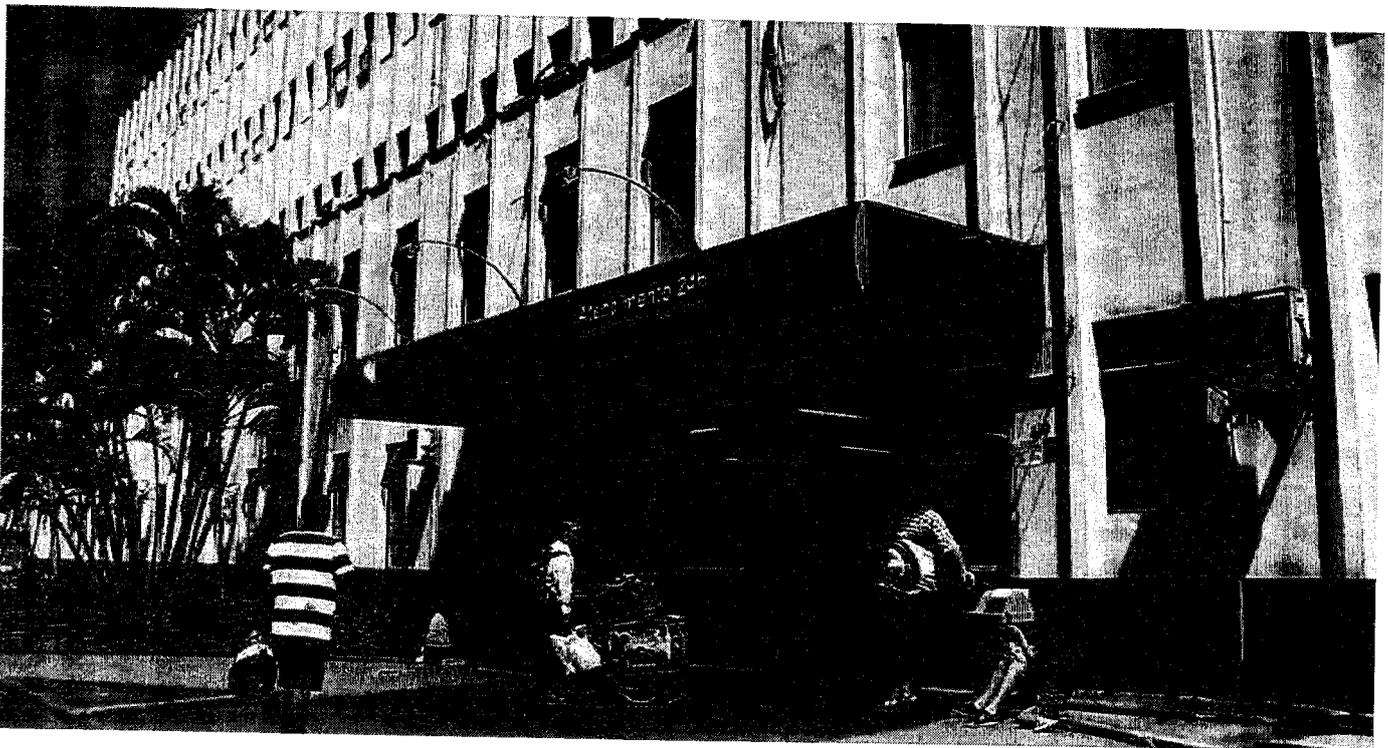
Diretor de fundação diz que materiais vendidos para prefeito é exclusivo para pacientes

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O diretor executivo interino da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), mantenedora do Hospital Samuel Libânio, em Pouso Alegre (MG), falou nesta sexta-feira (14) pela primeira vez **sobre supostas irregularidades em protocolos de atendimento ao atual prefeito e ex-presidente da instituição, Rafael Simões (PSDB)**. Os protocolos indicam uma grande quantidade de medicamentos e materiais hospitalares adquiridos por Simões entre 2014 e 2017. Para o diretor, o hospital não pode vender esses materiais porque eles são exclusivos para uso em pacientes.

"Nós fazemos compras através da filantropia, então nós só podemos dispensar em atendimento a paciente internado, havendo uma prescrição médica é aplicado o medicamento, é dispensado o material, o equipamento que é prescrito pelo médico e a nota que nós emitimos para pagamento ao internado, ao cliente, é uma nota de prestação de serviços", disse o diretor Luiz Carlos Franco.

Segundo a FUVS, a sindicância foi feita justamente porque havia indícios da participação de funcionários na retirada de remédios e materiais hospitalares do Hospital Samuel Libânio por meio de protocolos de atendimento, que segundo a sindicância, nunca aconteceram.



Sindicância apontou irregularidades em protocolos de atendimento em nome do prefeito de Pouso Alegre, Rafael Simões (PSDB) — Foto: Reprodução EPTV

Foram identificados pelo menos cinco protocolos irregulares entre os anos de 2014 e 2017, todos em nome de Rafael Simões, na época presidente da fundação. Nos protocolos, o prefeito aparece como paciente, mas nos registros não há prescrição médica. Apenas uma quantidade enorme de remédios e materiais hospitalares.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

medicamentos e materiais em um pequeno intervalo de tempo, que foi de 1 / minutos e 01 segundo. Rafael Simões, hoje prefeito de Pouso Alegre, confirmou os protocolos em entrevista à **EPTV, afiliada da Rede Globo**, mas disse que eles foram feitos para que ele pudesse comprar os materiais.

“É o sistema. Na hora de emitir a nota, o sistema não tem essa possibilidade. Ele é fechado, é um sistema fechado. Porque como nós não fazemos vendas, habitualmente, para fora, para terceiros, na farmácia, o sistema, ele é fechado. Então quando eu comprei, o sistema registrou o meu nome, emitiu uma nota fiscal, mas ele não tem essa segunda opção de venda externa. Então é por isso que aparece como se fosse paciente. Mas eu nunca usei o hospital como paciente para pegar medicamentos. Eu fui na farmácia e comprei o medicamento que me interessava. Só isso”, afirmou o prefeito em entrevista ao **EPTV 2** de quinta-feira (13).



Diretor de fundação diz que materiais que foram vendidos são exclusivos para pacientes de hospital — Foto: Reprodução EPTV

O atual prefeito realmente pagou pelos materiais. As cópias dos cheques nominais à fundação foram anexadas na sindicância. Mas em uma tabela, dá para ver que ele pagava valores próximos do preço de custo. Às vezes, até abaixo do que o hospital gastou. No caso de um tipo de agulha, por exemplo, o preço em um atendimento particular seria de R\$ 0,22. O custo para o hospital foi de R\$ 0,07. Mas o que ficou registrado é que Rafael Simões pagou R\$ 0,04.

"Foi dispensado por uma tabela SUS da época. Na época, se fosse em um atendimento particular, como vocês têm conhecimento, ela teria que ser cobrada em um preço diferente, então existe uma diferenciação. Nós não trabalhamos com lucro, mas nós trabalhamos com uma composição de custo e a composição de custo seria um preço diferente daquele que foi efetivamente lançado na nota. Se você analisar friamente, nós em alguns itens pelo que está na tabela fornecida pelo sistema informatizado, você teve uma saída de um produto com preço abaixo do custo", disse o diretor executivo da FUVS.

Rafael Simões também confirmou que o laboratório do hospital foi utilizado em exames de sangue de animais.

"Isso era uma tentativa acadêmica. O hospital tem um laboratório muito grande, que parte do tempo está ocioso. Então nós conversamos, dentro da academia, nós queríamos ver da possibilidade desse laboratório passar a prestar um serviço na área de veterinária. Nós fizemos o teste, nesses dois exames que nós fizemos testes, constatamos que o valor não era significativo, que não iria trazer um recurso interessante, até porque nós fizemos contato com as cooperativas agro regionais, e aí abortamos o projeto", disse ao **EPTV 2**.



Rafael Simões, prefeito de Pouso Alegre — Foto: Claudemir Camilo/EPTV

O diretor, no entanto, disse que não há registros dessa utilização, que não é autorizada.

"Nosso alvará sanitário de funcionamento do hospital, ele é amplo e para fins de atendimento humano, nós não temos o viés veterinário, então em momento algum nós podemos tratar dentro do hospital de animal, porque o nosso alvará sanitário não o permite", completou o diretor.

Com o resultado da sindicância, a FUVS demitiu por justa causa cinco profissionais, entre eles a atual secretária de Saúde de Pouso Alegre, Sílvia Regina Pereira da Silva. Ela era diretora-executiva da fundação. A sindicância concluiu que "Silvia determinava à coordenadora de compras que gerenciasse a retirada de medicamentos e materiais do Hospital Samuel Libânio sem atendimento médico".

"Nós entendemos na época, que aqui sendo uma instituição privada, administrada como uma instituição privada, que tem os recursos que vêm do SUS (Sistema Único de Saúde), mas que também tem grande parte de recursos particulares, esses materiais foram vendidos e pagos, todos sem gerar nenhum dano à instituição", disse a ex-diretora executiva da FUVS e atual secretária de Saúde, Sílvia Regina Pereira da Silva, ainda na quinta-feira.

O Ministério Público não se pronunciou. O prefeito Rafael Simões disse nesta sexta-feira (14) em nota, que não existe impedimento legal à respeito de compras de medicamentos e materiais no hospital e reafirmou que a transação comercial não causou prejuízo à instituição.

Segundo a assessoria de comunicação da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o medicamento citado na reportagem, o antibiótico Amicacina em ampola, só pode ser usado em hospitais, clínicas e ambulatórios por ser intravenoso. A venda desse remédio em farmácias e drogarias não é permitida.

***Veja mais notícias da região no G1 Sul de Minas***

POUSO ALEGRE

---

**MAIS DO G1**

SUL DE MINAS

# Sindicância aponta irregularidades em protocolos de atendimento em nome do prefeito de Pouso Alegre, MG

Segundo relatório, Rafael Tadeu Simões comprou medicamentos do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, o que seria vedado pela instituição.

Por Ernane Fiuza, Ana Gabriela Nunes e Lucas Magalhães, EPTV 2, Pouso Alegre, MG

13/09/2018 19h11 · Atualizado há 5 dias



Sindicância aponta supostas irregularidades em protocolos de atendimento em nome de prefeito

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A **EPTV, afiliada da TV Globo**, teve acesso com exclusividade ao relatório final de uma sindicância interna realizada pela Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (Fuvs), mantenedora do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, em Pouso Alegre. No relatório, foram apontadas supostas irregularidades em protocolos de atendimentos em nome do atual prefeito e ex-presidente da Fuvs, Rafael Tadeu Simões (PSDB).

Nesses atendimentos que duraram poucos minutos, foram listados uma grande quantidade de remédios, como antibióticos, e milhares de agulhas e seringas. Embora Rafael Simões tenha feito o pagamento dos itens, a Fuvs diz que o hospital não pode comercializar remédios e materiais no varejo. O prefeito nega que tenha havido irregularidades.

Diversos protocolos de atendimentos em nome de Rafael Simões levantaram suspeitas da comissão. Foram listados medicamentos e materiais hospitalares sem identificação da prescrição médica:

- Protocolo de atendimento número **2.423.535**, no dia 25/07/2014. Foi registrado como entrada às 10h10 e saída às 10h27. Os medicamentos utilizados foram: 130 ampolas do antibiótico amicacina e 51 frascos da solução ringer, utilizada junto com o antibiótico. E os materiais: 400 agulhas e 500 seringas.

Sobre esse atendimento, a sindicância conclui "que seria impossível uma pessoa receber todos esses medicamentos e materiais em um pequeno intervalo de tempo": 17 minutos e 1 segundo.

- Protocolo de atendimento número **2.605.40**, no dia 05/01/2015. Os medicamentos utilizados foram 50 ampolas do antibiótico amicacina e mais de 3,5 mil agulhas e seringas.
- Protocolo de atendimento número **3.087.414**, no dia 22/03/2016. Foram utilizados 32 frascos de 250 mililitros de bicarbonato de sódio e quase 3 mil agulhas e seringas.
- Protocolo de atendimento **3.427.759**, no dia 23/01/2017, quando Rafael Simões já exercia o cargo de prefeito. Em um intervalo de três minutos, foram relacionados 12 frascos de 250 mililitros de bicarbonato de sódio, 12 bolsas de um litro de água destilada e 1,7 mil agulhas descartáveis.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Formulário de atendimento médico com os seguintes dados:

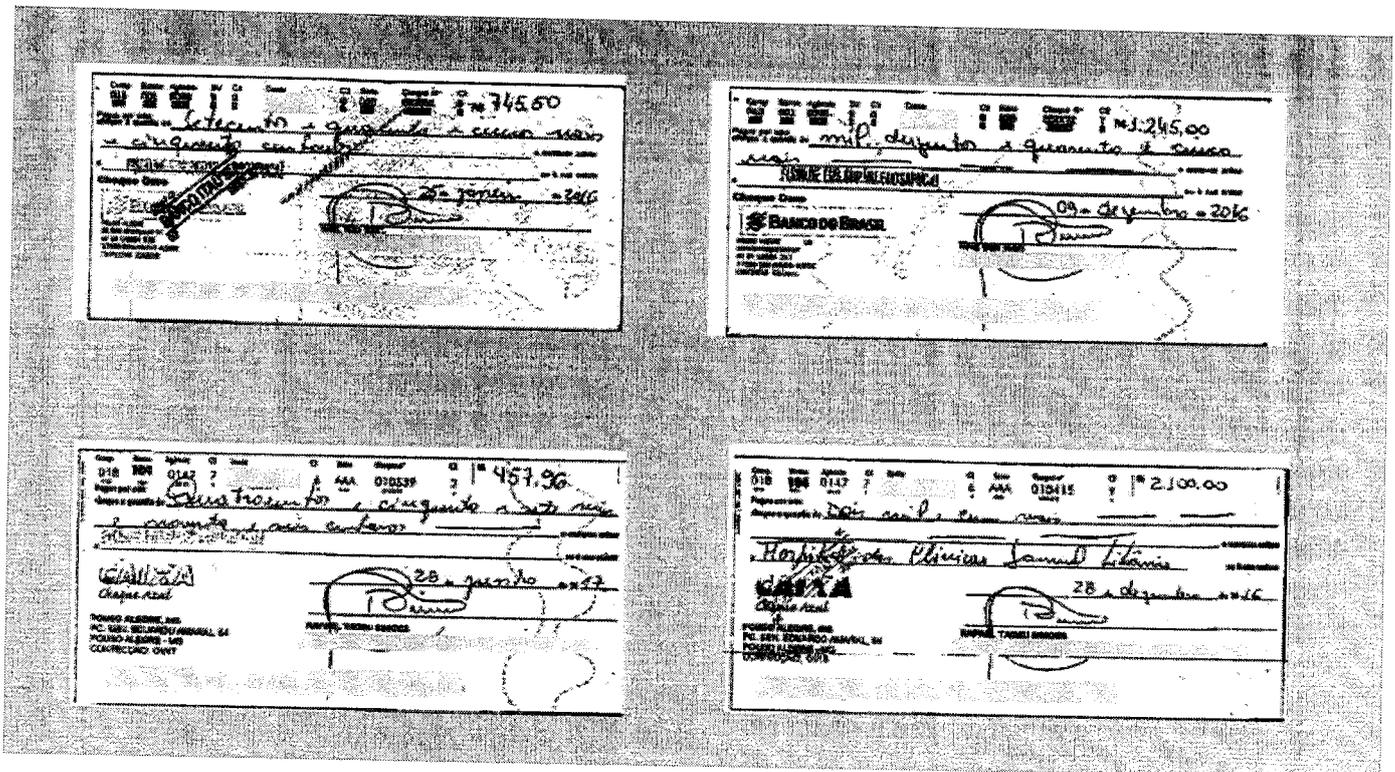
CORTE FACILITE	
Nº Atend: 2.423.535	
Paciente: Rafael Tadeu Simoes	
Data Entrada: 25/07/2014 10:10:36	
Data Saída: 25/07/2014 10:27:37	

Descrição	Fabricante	Unidade	Qtde
<b>Pronto Socorro Part/Conv -</b>			
Amicacina 500mg inj. (ampola c/ 2mL)	ARISTO	amp	80,0000
Amicacina 500mg inj. (ampola c/ 2mL)	ARISTO	amp	50,0000
Solução ringer c/ lactato (frasco c/ 500mL)	FRESEN	Fr	50,0000
Solução ringer c/ lactato (frasco c/ 500mL)	FRESEN	Fr	1,0000

Sindicância apontou supostas irregularidades em protocolos de atendimento — Foto: Claudemir Camilo/EPTV

Segundo a Fundação de Ensino Superior Vale do Sapucaí, mantenedora do Hospital Samuel Libânio, é proibido a venda de remédios e materiais hospitalares no varejo. Ainda conforme a instituição, o hospital só pode cobrar pelos medicamentos e materiais utilizados em atendimentos a pacientes, internados ou não.

Mas Rafael Simões pagou algumas dessas despesas em cheques nominais à fundação, como mostram cópias encaminhadas pelos bancos e anexadas à sindicância.



Prefeito pagou remédios com cheques, apontou sindicância — Foto: Claudemir Camilo/EPTV

## Exames de animais

Outro ponto que chama a atenção na sindicância é o depoimento da segunda testemunha ouvida, o bioquímico Flávio Antônio de Melo. Ele disse à comissão que, em “duas ou três vezes” foram realizados exames de sangue de animais. E afirmou que “os exames eram realizados para Rafael Simões”.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A sindicância foi realizada entre junho e julho deste ano. Foram ouvidos neste período 12 funcionários, sendo dois como testemunhas e os outros 10 como investigados. A diretora executiva da fundação na época, Sílvia Regina Pereira da Silva, foi convocada duas vezes pela comissão, mas não prestou os esclarecimentos.

Sílvia Regina Pereira da Silva é atual secretária de Saúde de Pouso Alegre, nomeada pelo prefeito Rafael Simões. A sindicância concluiu que ela "determinava à Coordenadora de Compras que gerenciasse a retirada de medicamentos e materiais do HCSL (Hospital Samuel Libânio) sem atendimento médico".

A coordenadora de compras era Renata Lúcia Guimarães Risso. Em depoimento à sindicância, ela confirmou que "tem conhecimento que os medicamentos/materiais foram retirados do hospital sem que houvesse atendimento ao paciente" e confirmou ainda "que eram retirados pessoalmente por Rafael".

Renata Lúcia disse também que acatava ordens e "era subordinada à diretora executiva", Sílvia Regina Pereira da Silva. À sindicância, Renata sabia que estava realizando procedimentos irregulares causando prejuízo à fundação e, portanto, sua atitude configura "falta de natureza grave".

A sindicância é assinado por Franklin José de Moura, assessor jurídico, Roseli Maria de Oliveira, da controladoria, e Alexandre Moreira Faria, analista de recursos humanos, que recomendam que o documento seja encaminhado ao Ministério Público Estadual e Federal.



Sindicância da Fuvus apontou supostas irregularidades — Foto: CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

## Relatório encaminhado

O relatório da comissão foi enviado aos MPs e à Advocacia Geral do Estado. Os promotores não quiseram gravar entrevista.

A presidente interina da Fuvs, Andréa Silva Adão Reis, disse, por meio de nota, que a comissão foi formada para investigar a conduta de funcionários em possíveis faltas graves.

Após a conclusão da sindicância, cinco funcionários do hospital foram demitidos, mas o juiz José Hélio da Silva, da 4ª Vara Cível, suspendeu as demissões a pedido do Ministério Público, que entendeu que os desligamentos foram abusivos e que os funcionários não tiveram oportunidade de defesa. Eles ainda não voltaram ao trabalho.

## O que dizem os envolvidos

A **ex-diretora executiva da Fuvs e atual secretária de Saúde, Sílvia Regina Pereira da Silva** negou que tenha ocorrido prejuízo à instituição.

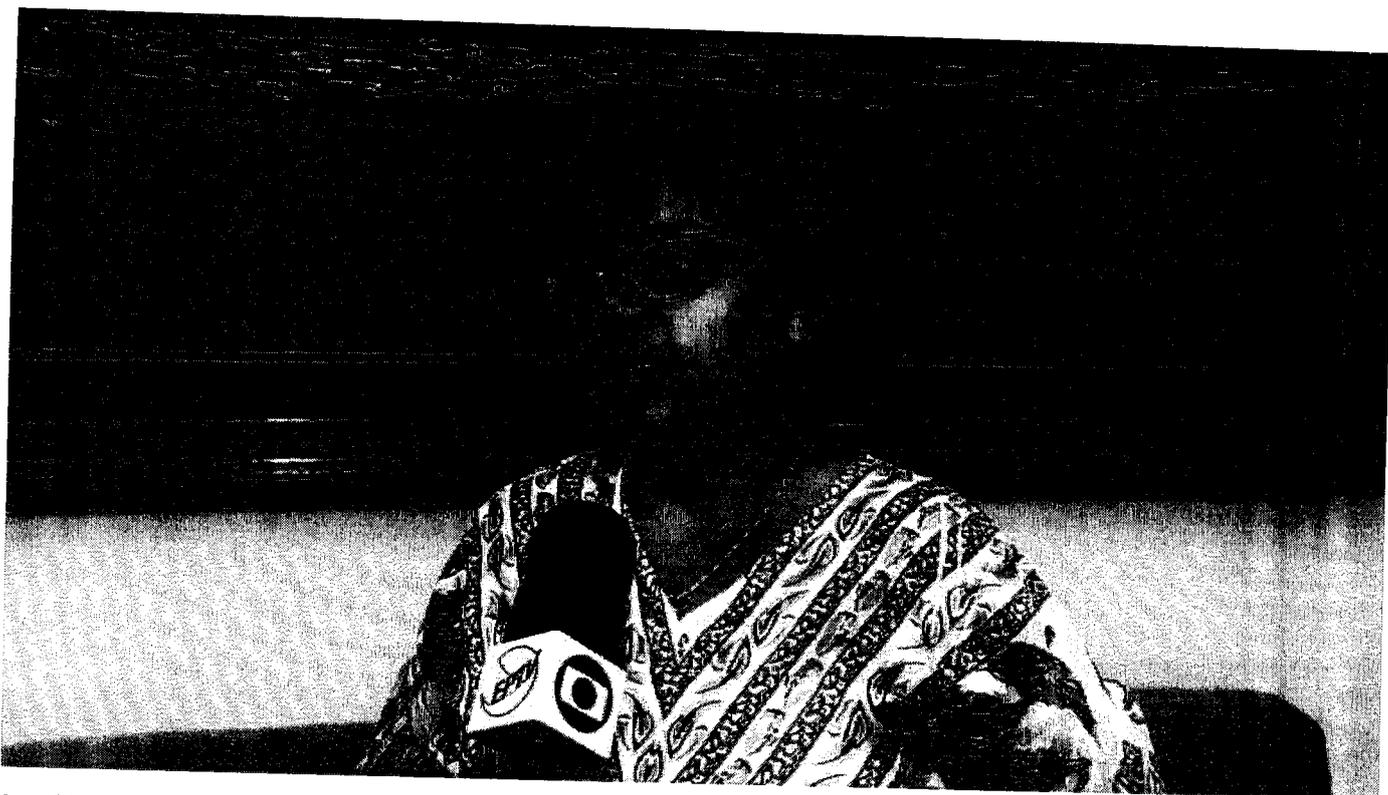
“Na época, que aqui sendo uma instituição privada, administrada como uma instituição privada, que tem os recursos que vêm do SUS (Sistema Único de Saúde), mas que também tem grande parte de recursos particulares, esses materiais foram vendidos e pagos, todos sem gerar nenhum dano à instituição”.

Sílvia, no entanto, admitiu que o prefeito procurava a fundação para fazer as compras. “Ia, às vezes, por mim, às vezes, diretamente com os funcionários. Nós não tínhamos esse clima e essa coisa. Às vezes comigo e muitas vezes diretamente aos funcionários responsáveis pelas áreas”.

A ex-diretora executiva diz ainda que outros funcionários também poderia usar da prerrogativa para comprar medicamentos no hospital.

“Sim, sempre. Para quem procurou a gente na época, e a gente tinha essa justificativa, não só na época, mas até os dias de hoje, isso continua sendo praticado. Não foi nenhum desvio e não foi nenhuma forma de fraudar essa instituição. Nós estamos sendo vinculados como bandidos, como quadrilha, só que não é isso que aconteceu. Nós registramos tudo, inclusive contabilmente. Porque esse registro nasceu no nosso almoxarifado, nenhuma agulha saiu daquele hospital sem que fosse registrado, sem que fosse pago pela pessoa de Rafael Simões”, afirmou Sílvia.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Secretária de Saúde de Pouso Alegre, Sílvia Regina Pereira da Silva, negou prejuízo em compras — Foto: Claudemir Camilo/EPTV

O **prefeito e ex-presidente da Fuvs, Rafael Simões**, falou nesta quinta-feira (13) sobre as suspeitas. Ele nega irregularidades, mas admitiu a compra dos medicamentos e materiais hospitalares e disse que tudo foi feito sem prejuízo ao hospital.

“Não tem nada de imoral, nada de errado, até porque isso é praxe acontecer lá. Os funcionários, quando precisam, eles compram na farmácia do hospital. Não tem nada de errado. Isso aí é só tentativa de criar um tumulto em época de eleição, é só isso. Não tem nada. Imagina eu se preciso roubar R\$ 1,5 mil de uma instituição”, afirmou.

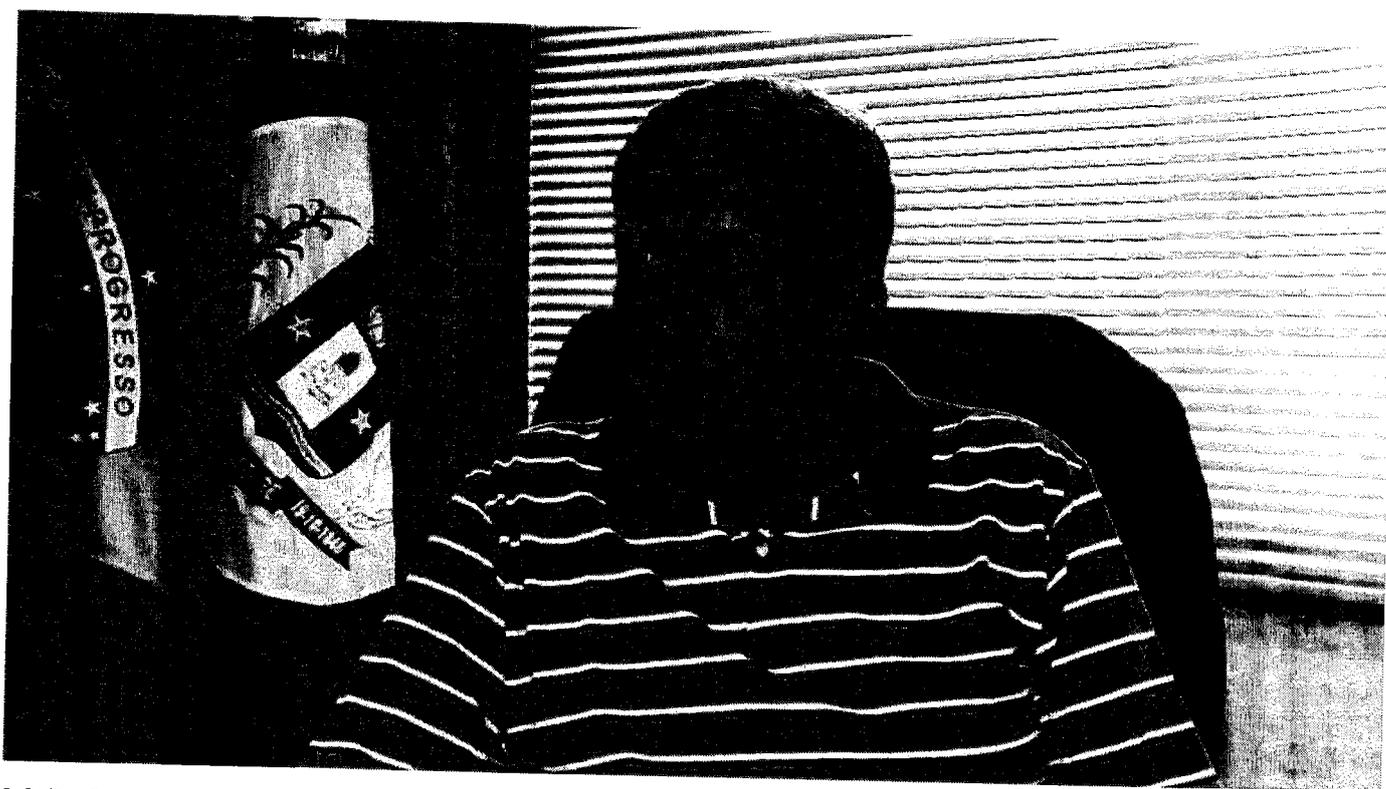
“A agulha custa R\$ 0,03. Eu paguei R\$ 0,22. Isso dá um lucro de 733%, que é natural. Se o hospital comprou, ele está vendendo, ele tem que ganhar. Da mesma forma que quando ele usa com o paciente lá dentro, ele ganha também. Então não houve um uso da condição de presidente para levar um lucro em cima do hospital. Isso não existiu. Se alguém demonstrar isso, eu quero ver. Eu tenho as notas e os cheques exatamente no valor das notas”, disse Rafael Simões.

O prefeito negou também que tenha havido irregularidade em seu registro como paciente para que as compras pudessem ser feitas.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

“Não existe isso. É o sistema. Na hora de emitir a nota, o sistema não tem essa possibilidade. Ele é fechado, é um sistema fechado. Porque como nós não fazemos vendas, habitualmente, para fora, para terceiros, na farmácia, o sistema, ele é fechado. Então quando eu comprei, o sistema registrou o meu nome, emitiu uma nota fiscal, mas ele não tem essa segunda opção de venda externa. Então é por isso que aparece como se fosse paciente. Mas eu nunca usei o hospital como paciente para pegar medicamentos. Eu fui na farmácia e comprei o medicamento que me interessava. Só isso”, afirmou.

Rafael Simões também negou que haja problemas em ter realizado uma compra depois de ter deixado a direção da instituição e já estar exercendo o cargo de prefeito. “Não me lembro se comprou nessa época. Agora, se comprou, também pagou”.



Rafael Simões, prefeito de Pouso Alegre, afirmou que outros funcionários também fazem compras no hospital — Foto: Claudemir Camilo/EPTV

Por fim, o prefeito admitiu o uso do laboratório para testar sangue de animais, mas disse que os exames faziam parte de um projeto acadêmico.

“Isso era uma tentativa acadêmica. O hospital tem um laboratório muito grande, que parte do tempo está ocioso. Então nós conversamos, dentro da academia, nós queríamos ver da possibilidade desse laboratório passar a prestar um serviço na área de veterinária. Nós fizemos o teste, nesses dois exames que nós fizemos testes, constatamos que o valor não era significativo, que não iria trazer um recurso interessante, até porque nós fizemos contato com as cooperativas agro regionais, e aí abortamos o projeto. Ninguém utilizou laboratório para fazer exame particular de nada. Aquilo era um projeto acadêmico acompanhado pela universidade”.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Os **ex-funcionários citados na reportagem e a coordenadora de compras na época, Renata Lúcia Guimarães Risso**, não foram localizados para comentar o relatório. Já **o bioquímico Flávio Antônio de Melo** disse, por telefone, que não vai se manifestar por enquanto.

**Veja mais notícias da região no G1 Sul de Minas**

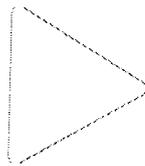
POUSO ALEGRE

---

## MAIS DO G1

### **Presidente do TSE, Rosa Weber diz que crítica à urna eletrônica é 'desconectada da realidade'**

Ministra reafirmou nesta terça (18) que urnas são 'absolutamente confiáveis' e 'auditáveis'. No domingo (16), candidato do PSL à Presidência disse que é 'concreta' possibilidade de 'fraude'.



Em Eleições 2018

3 min

**Bolsonaro tem 'evolução clínica satisfatória e boa resposta ao tratamento', diz boletim médico**